



Dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais de um assentamento de reforma agrária na Amazônia Legal brasileira¹

Laila Mayara Drebes²

Tâmara Karime Lima dos Santos³

Recebido em: 19-06-2023

Aceito em: 28-06-2024

Resumo

O artigo objetiva compreender as dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, no município de Marabá-PA, Amazônia Legal brasileira, a fim de refletir sobre a sucessão geracional e a migração como estratégias de autonomia individual e reprodução coletiva no contexto regional. Os dados foram coletados por meio de 45 entrevistas com jovens rurais vinculados ao assentamento e, complementarmente, por meio de 16 entrevistas com informantes-chave. As famílias do assentamento experienciam dificuldades de subsistência por meio da produção agrícola, sendo recorrente a estratégia de pluriatividade e a dependência de previdência social e de programas de transferência de renda. Nesse contexto, os jovens configuram 4 dinâmicas ocupacionais: 1) os que projetam permanecer no assentamento e atuar como agricultores; 2) os que projetam sair do assentamento e exercer outras profissões; 3) os que residem e trabalham na vila anexa ao assentamento; e 4) os que migraram para áreas urbanas e exercem outras profissões. Apenas a minoria dos jovens rurais (6,67%) apresenta projetos de vida que perpassam pela sucessão geracional como estratégia de autonomia individual e reprodução coletiva. Dadas as precariedades experienciadas pelos jovens rurais na Amazônia Legal brasileira no intento de criar condições de vida e trabalho satisfatórias e de viabilizar a transição para a vida adulta no contexto dos assentamentos de reforma agrária, este estudo reclama atenção dos agentes e instituições de desenvolvimento regional para a elaboração/implementação de ações específicas para os jovens rurais com vistas à construção de possibilidades de permanência no campo.

Palavras-chave: agricultura familiar; juventude rural; migrações; sucessão geracional; pluriatividade.

Occupational dynamics of rural youth in an agrarian reform settlement in the Brazilian Legal Amazonia

Abstract

The article aims to understand the occupational dynamics of rural young people from the Carajás Tamboril agrarian reform settlement, in the municipality of Marabá-PA, Brazilian Legal Amazonia, in order to reflect on generational succession and migration as strategies for individual autonomy and collective reproduction in the context regional. Data were collected through 45 interviews with rural young people linked to the settlement and, additionally, through 16 interviews with key informants. Families in the settlement experience subsistence difficulties through agricultural production, with the strategy of pluriactivity and dependence on social security and income transfer programs. In this context, young people configure 4 occupational dynamics: 1) those who plan to remain in the settlement and be farmers; 2) those who plan to leave the settlement and pursue other professions; 3) those who live and work in the village attached to the settlement; and 4) those who migrated to urban areas and work in other professions. Only a minority of rural young people (6.67%) present life projects that involve generational succession as a strategy for individual autonomy and collective reproduction. Given the precariousness experienced by rural young people in the Brazilian Legal Amazonia in the attempt to create satisfactory living and working conditions and to facilitate the transition to adulthood in the context of agrarian reform settlements, this study demands the attention of regional

¹ Pesquisa vinculada ao “Procad Amazônia: Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento” e ao “PDPG Amazônia Legal: Estudos Amazônicos, Diversidades Socioculturais e Práticas Sustentáveis”. Artigo derivado da dissertação de mestrado orientada pela autora e elaborada pela coautora.

² Doutorado em Extensão Rural (UFESM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da (UNIFESSPA). <https://orcid.org/0000-0002-0681-238X>
E-mail: drebes.laila@unifesspa.edu.br.

³ Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da (UNIFESSPA). <https://orcid.org/0000-0002-2052-1730> E-mail: tamarakarime@unifesspa.edu.br.

development agents and institutions for the elaboration/implementation of specific actions for rural young people with a view to building possibilities for staying in the countryside.

Keywords: *family farming; rural youth; migrations; generational succession; pluriactivity.*

1 Introdução

Situada na Amazônia Legal, a região sudeste do estado do Pará é cenário ilustrativo não apenas da questão ambiental no Brasil, mas também da questão agrária. Conforme Silva (1994), a questão agrária brasileira emerge a partir da concentração fundiária historicamente construída desde o início do processo de colonização ibérica, gerando desigualdades no acesso e no uso da terra e interferindo no modo de organização do trabalho e da produção agrícola e no nível de renda e de emprego dos trabalhadores agrícolas.

Atualmente, a questão agrária permanece em aberto como um problema social pertinente e insolucionado, evidenciando o descompasso entre o desempenho econômico e o desempenho social do modelo agrícola brasileiro. O desequilíbrio da estrutura fundiária e mesmo a frouxidão da política fundiária brasileira foram e ainda vem sendo agravados pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo. Isso significa que a maneira como o Brasil tem conseguido aumentar a sua produção agrícola tem impactado negativamente sobre o nível de emprego e de renda de sua população (Silva, 1994; Neves, 2019).

A região sudeste paraense é nacional e internacionalmente reconhecida pelas graves consequências das desigualdades socioeconômicas decorrentes da concentração fundiária, sendo palco recorrente de violência contra cidadãos que lutam pelo direito à terra. Nesse sentido, o massacre que ocasionou a morte de 21 trabalhadores rurais sem-terra em 1996, no município de Eldorado dos Carajás, assim como a chacina que vitimou outros 10 trabalhadores rurais sem-terra em 2017, no município de Pau d'Arco – entre inúmeros outros crimes derivados dos conflitos agrários –, decorrem de desigualdades socialmente construídas com o auxílio do próprio Estado brasileiro.

Diversos autores, entre os quais é possível destacar Little (2003), Hébette (2004) e Loureiro e Pinto (2005), explicam que, na Amazônia, as desigualdades derivadas da estrutura fundiária concentrada tornaram-se mais evidentes e intensas a partir da segunda metade do século XX. A principal razão para isto foram os altos investimentos realizados pelos governos federais do período da ditadura militar em grandes projetos de desenvolvimento focados no capital industrial, como a Rodovia Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto de Mineração Grande Carajás. Ao concentrar os incentivos financeiros, fiscais e (i)legais nestas

chamadas frentes de expansão capitalista da fronteira de produção na Amazônia, o Estado ignorou e relegou para a marginalidade socioeconômica populações autóctones e mesmo populações migrantes (atraídas pelas tais frentes de expansão). Isto facilitou a aquisição, e a autorização da grilagem, de terras por parte dos grandes projetos de desenvolvimento que serviam aos interesses industrializantes da época.

O presente estudo não tem o intuito de resgatar a história da questão agrária na Amazônia ou no sudeste paraense, até mesmo porque os autores acima citados já o fizeram. Todavia não é possível introduzir devidamente a problemática das dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais na Amazônia sem compreender os contornos do desregrado processo de ocupação da região responsável pela geração de um contingente populacional de despossuídos de terras, pois a realidade social de inserção dos jovens rurais focalizados pelo presente estudo são os assentamentos de reforma agrária.

Conforme os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Pará é o estado com maior número de assentamentos de todo o Brasil. O país conta com 9.437 assentamentos de reforma agrária, dos quais 1.132, isto é, praticamente 12%, estão no Pará. Não somente, dentre as quatro Superintendências Regionais (SR) do INCRA no estado, a SR 27, que corresponde à região sudeste paraense, também conta com o maior número de assentamentos: 514, ou seja, 45,4% dos assentamentos de reforma agrária paraenses (INCRA, 2017).

O conceito de juventude é um conceito plural, pois refere-se a uma categoria social submetida a construções contextuais, datadas e situadas, em conformidade com as representações dos grupos sociais a respeito das diferentes fases da vida humana. Nos termos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, trata-se de uma categoria relacional, consistente em uma construção social influenciada pelos processos de socialização experienciados pelos jovens e pelas instituições envolvidas em tais processos. Nesse sentido, a juventude não é dada apenas por meio de recorte etário fundamento em critérios biológicos, mas de associação entre critérios biológicos e condicionantes sociais, as quais variam de um grupo social para o outro, no espaço e no tempo (Bourdieu, 1984).

Com isso, Bourdieu (1984) procura explicar a importância das condições históricas e geográficas da juventude – e suas implicações ambientais, culturais, demográficas, econômicas, sociais, políticas, produtivas, tecnológicas, etc. –, que não são as mesmas para todos os grupos biologicamente compreendidos como jovens. Ser jovem não depende somente da idade, mas do contexto em que se é jovem e, também, das características de classe social, educação, etnia/raça,

família, gênero, trabalho e outras. Em virtude disso, Bourdieu (1984) afirmou que a juventude é apenas uma palavra e que, inclusive, o termo mais adequado seria juventudes, no plural, para evitar que todos os jovens, que na prática nada têm em comum, sejam colocados sob o mesmo conceito teórico universal.

Frente ao exposto, é preciso atentar para as especificidades da juventude rural, assim como para as peculiaridades dos diferentes grupos que podem ser compreendidos como jovens rurais. Para Marin (2009), o estudo da juventude rural requer a compreensão das particularidades das relações de dependência com a vida e o trabalho nos espaços agrários, assim como as redes de relações culturais, econômicas e políticas em que os jovens e suas famílias estão imersos. Marin (2020b) também destaca que, no âmbito da agricultura familiar, a juventude rural comporta uma ampla diversidade social. Dessa forma, o estudo da juventude rural também perpassa pela compreensão de elementos objetivos da realidade, como as formas de organização da produção e do trabalho familiar, as relações com a natureza e as estratégias de inserção nos espaços mercantis, bem como a compreensão das dimensões culturais e simbólicas que orientam as visões de mundo, as relações de trabalho, de parentesco, de geração e de gênero, além das afiliações institucionais e atuações políticas.

Desde o final da década de 1990, as pesquisas e as políticas públicas promoveram uma contundente preocupação com as estatísticas migratórias dos jovens rurais e com suas implicações sobre o processo de sucessão geracional na agricultura familiar, produzindo um cenário que Weisheimer (2019) e outros denominaram de “crise nos padrões sucessórios”. Por sucessão geracional compreende-se a transmissão do patrimônio (unidade de produção familiar e saber-fazer da ocupação de agricultor) da geração mais antiga para a geração mais jovem (Drebes; Santos, 2023). Logo, a crise relacionada a esse processo diz respeito à não concretização da referida transmissão patrimonial e à impossibilidade de a geração mais jovem assumir as responsabilidades da unidade de produção da família, em favor de experiências de migrações e de inserções ocupacionais em outros setores e atividades.

Esse foi o contexto responsável por tornar a juventude rural um tema de interesse de múltiplos agentes sociais. Representantes de movimentos sociais rurais, agentes de desenvolvimento e pesquisadores interdisciplinares, sob diferenciados interesses e perspectivas, mobilizaram-se para romper com a “invisibilidade social” da juventude rural e para reconhecê-la como categoria social portadora de necessidades, reivindicações e potencialidades nos processos de desenvolvimento. Em pontos de confluência, defendiam a promulgação de aparatos jurídicos e a edição de políticas públicas específicas para as gerações juvenis rurais, atribuindo

compromissos não só ao Estado, mas também à sociedade civil e às famílias, no sentido de conferir apoio financeiro, educacional e produtivo, para viabilizar, principalmente, processos de sucessão geracional na agricultura familiar, mitigando as migrações (Marin, 2020b).

Embora, no Brasil, a problemática das dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais (principalmente sob a ótica da reprodução social da agricultura familiar, abordando migração ou sucessão geracional) seja recorrente, é preciso considerar a hegemonia histórica das investigações nos estados das regiões Sul e Sudeste do país (Weisheimer, 2005; Vieira, Bahiense e Silva, 2019), desfavorecendo a visibilidade das especificidades das dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais de assentamentos de reforma agrária na Amazônia.

De acordo com os levantamentos nacionais sobre estudos referentes a jovens rurais realizados por Weisheimer (2005) e Vieira, Bahiense e Silva (2019), é possível depreender que no contexto da Amazônia as pesquisas sobre jovens rurais ainda não constituem uma produção expressiva em termos de volume. Weisheimer (2005), em seu levantamento, encontrou apenas uma dissertação de mestrado problematizando os jovens rurais na região Norte do país. Já no levantamento de Vieira, Bahiense e Silva (2019), a região Norte nem mesmo foi mencionada. Embora desde os levantamentos de tais autores, novos estudos tenham sido realizados - dentre eles é possível citar Conceição *et al.* (2019), Botelho e Almeida (2020), Drebes *et al.* (2023) -, ainda assim percebe-se que as mais diversas problemáticas de pesquisa relacionadas aos jovens rurais na Amazônia ainda são pouco exploradas e podem ser potencializadas.

Atualmente, a Amazônia Legal brasileira também experiencia a problemática das migrações de jovens rurais e da crise dos padrões de sucessão geracional. Grande parte dos jovens rurais, principalmente mulheres, constroem projetos profissionais fora da agricultura familiar, se vinculando às instituições escolares e ao mercado de trabalho assalariado, não apresentando interesse em se projetar como agricultores, assim como percebido por Marin (2020a) e Breitenbach e Corazza (2020), em investigações conduzidas em outras regiões do país. Nem mesmo políticas públicas específicas de acesso à terra, crédito rural e serviço de assistência técnica e extensão rural - cujos objetivos consistem em facilitar e estimular a instalação de novas gerações de agricultores - têm alcançado resultados significativos (Marin, 2020a). Para Silva (2020), essa também é a situação de muitos jovens rurais amazônidas.

Portanto, é sob essa perspectiva que o presente estudo pretende compreender as dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, no município de Marabá-PA, na Amazônia Legal brasileira, a fim de refletir sobre a sucessão geracional e sobre a migração como estratégias de autonomia individual e de reprodução coletiva

no contexto regional. Para atender o objetivo proposto, o artigo encontra-se estruturado em duas seções de resultados: a primeira discute as dinâmicas territoriais que implicam sobre a configuração da agricultura familiar no sudeste paraense e, por consequência, sobre a juventude rural; a segunda se detém sobre as dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais constituídas frente a essa configuração.

2 Procedimentos metodológicos

Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo realizada no assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, em Marabá-PA, nos meses de outubro e novembro de 2021 e janeiro de 2022, utilizando como técnica a entrevista semiestruturada direcionada aos jovens rurais, filhos de agricultores familiares residentes no assentamento. O roteiro, constituído por perguntas abertas e fechadas, foi focado nas dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais, procurando compreender as percepções destes sujeitos sobre os seus próprios projetos de vida, sendo eles construídos de maneira vinculada ao assentamento de reforma agrária e à ocupação de agricultor, ou não.

Os critérios de inclusão de entrevistados na amostra foram: 1) ser filho de agricultores familiares residentes no assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril; e 2) se auto identificar como jovem rural. Destaca-se que o primeiro critério de inclusão foi definido justamente para permitir que jovens rurais com projetos de vida desvinculados do assentamento e da agricultura pudessem participar da pesquisa e contribuir com a compreensão das plurais dinâmicas ocupacionais apresentadas pela juventude rural em pauta. Enquanto isso, o segundo critério não se restringiu à questão etária para valorizar a compreensão contextual e relacional de juventude rural no assentamento.

No total, foram entrevistados 45 jovens rurais com idades entre 16 e 34 anos, sendo 18 do sexo masculino (40%) e 27 do sexo feminino (60%). Na tabela 1, é apresentada a distribuição dos jovens entrevistados em faixa etária, para a melhor compreensão da amostra. Para além dos critérios anteriormente apresentados, a constituição da amostra também procurou implementar o critério de heterogeneidade, incluindo entrevistados caracterizados por marcadores sociais diversos, como classe, escolaridade, raça etc.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens rurais entrevistados por faixa etária

Faixa etária	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
16 – 20 anos	29	64,4
21 – 25 anos	7	15,6
26 – 30 anos	7	15,6
31 – 34 anos	2	4,4
TOTAL	45	100

Fonte: elaborada pelos autores.

De maneira complementar, foram realizadas 16 entrevistas com técnica de história oral com informantes-chave (presidente da associação do assentamento, diretores da escola do assentamento, moradores antigos e assentados idosos). Os dados coletados foram sistematizados e analisados mediante a metodologia de análise de conteúdo. Para a redação dos resultados, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar suas identidades.

3 Dinâmicas regionais, movimentos migratórios e a agricultura familiar no assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril

De acordo com Neves (2007), a agricultura familiar consiste em uma categoria socioprofissional construída por meio de valorativas elaborações institucionais indicadoras de novas maneiras de intervenção sustentadas sobre a modalidade de assistência técnica e creditícia. No Brasil, foi socialmente construída a partir da década de 1990, com o intuito de favorecer o acesso dos agricultores familiares a recursos materiais e simbólicos aos quais não tinham acesso quando reconhecidos somente como “camponeses” e outros termos utilizados para designar os excluídos do processo de modernização da agricultura.

Sustentada sobre os fatores terra, trabalho e família em interconexão, a agricultura familiar consiste numa categoria ampla e heterogênea, capaz de abarcar muitas formas de organização socioprofissional dos agricultores, mascarando singularidades existentes entre um grupo e outro, dada sua diversidade. Em virtude disso, é importante contextualizar histórica e geograficamente qual é a agricultura familiar em questão (Neves, 2007).

No caso da Amazônia Legal, especificamente da região sudeste paraense, Santos (2022) explica que a categoria que mais tarde denominou-se de agricultura familiar foi constituída, principalmente, por migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil a partir da década de 1960, atraídos pelas políticas públicas federais de incentivo à ocupação do território. Durante a segunda metade do século XX a região sudeste paraense foi receptora de diversos fluxos

migratórios de pessoas seduzidas pelas promessas governamentais de trabalho, terra e renda para a ocupação da Amazônia, por meio de oportunidades relacionadas aos ciclos extrativistas da borracha, da castanha, da madeira e dos minérios, e mesmo pelas diversas possibilidades engendradas pelos grandes projetos de desenvolvimento públicos e privados, como a Rodovia Transamazônica.

Nesse sentido, enquanto as regiões Sul e Sudeste produziam emigrantes em suas áreas rurais, a região Norte era um polo de atração generalizada de imigrantes vindos das mais variadas regiões do Brasil, sendo visualizada como uma oportunidade de expansão da fronteira agrícola, um território a ser desbravado, ocupado e construído. Entre as décadas de 1960 e 1980, o saldo migratório da região Norte do país foi positivo, com ganho de 1,2 milhão de pessoas para a população rural (Alves, Souza e Marra, 2011).

Loureiro e Pinto (2005) e Santos (2022) também explicam que os migrantes chegados no sudeste paraense, sobretudo no município de Marabá, inseriram-se nos ciclos econômicos extrativistas e nas grandes obras (abertura de estradas, construção de aeroportos, portos, usinas etc.) por meio de ocupações trabalhistas assalariadas, de caráter informal e mesmo sazonal. Encerrados os ciclos de extração e/ou as empreitadas, essa “mão-de-obra barata” permaneceu no sudeste paraense à procura de trabalho, terra e renda, até porque na Amazônia as oportunidades pareciam mais promissoras do que aquelas que existiam em seus territórios natais, sobretudo no caso dos nordestinos e da realidade das secas em seus estados.

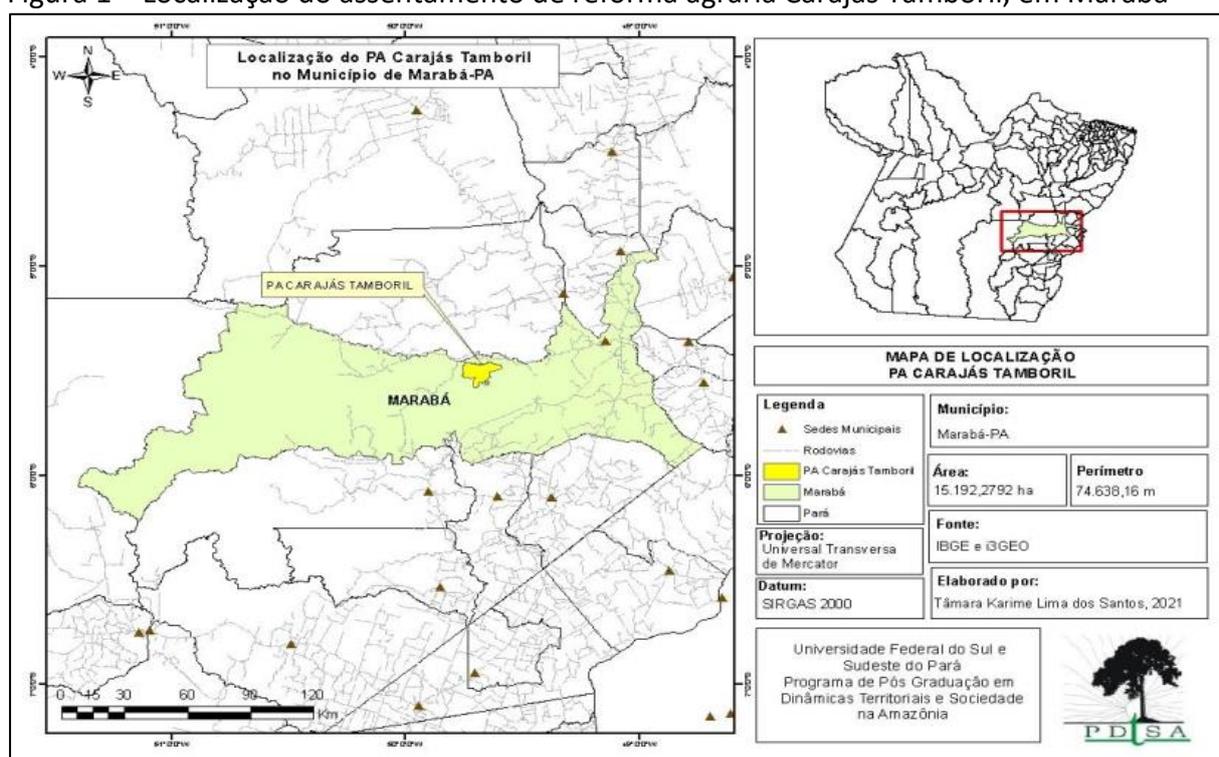
De acordo com Guerra (2001) e Michelotti *et al.* (2007), apoiados pela Comissão Pastoral da Terra e mais tarde pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, a partir da década de 1980 os migrantes e suas famílias desenvolveram a consciência do direito à terra e adentraram na luta organizada pela reforma agrária, aliando-se aos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras. Homma *et al.* (2002) destacou que a luta pela terra trouxe resultados importantes para o contexto do sudeste paraense, pois a partir de 1987 iniciou-se a criação de inúmeros projetos de assentamentos de reforma agrária.

Entre os assentamentos criados nesse período está o Carajás Tamboril, datado de 27 de outubro de 1988, por meio da Portaria nº 1443 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A criação do assentamento pelo INCRA significou a regularização fundiária de uma área que havia sido paulatinamente ocupada por famílias de agricultores: “O Incra veio e mediu as terras que nós já estava dentro, e nos assentou. [...] Aqui a área desse assentamento é uma área de posse. [...] Aqui nós chegamos e se apossamos de um pedaço de terra e o INCRA só veio pra assentar” (Arthur, agricultor, presidente da associação do assentamento, tocantinense,

61 anos); “Naquela época, depois de muito tempo que a gente já estava na terra, o INCRA abriu as portas pra gente, através da papelada, só isso” (Lúcio, agricultor, morador antigo, tocantinense, 68 anos).

O Carajás Tamboril está localizado próximo às margens da estrada do Rio Preto, a 72 km de Marabá, possui área de 18.003.4470 hectares e conta com 232 pessoas assentadas, sendo que próximo ao assentamento há um pequeno conglomerado chamado vila Santa Fé. A localização geográfica do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril pode ser visualizada na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Localização do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, em Marabá



Fonte: Santos (2022).

O assentamento foi constituído basicamente por migrantes que possuíam relação com “a roça”, oriundos de estados como Maranhão, Ceará, Bahia, Tocantins, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo. Em sua maioria, eram trabalhadores rurais sem terras ou vinham de famílias de agricultores que tinham pequenas propriedades que não comportavam a reprodução social de todos os filhos por meio do fracionamento. Também havia os que possuíam propriedades maiores nas quais as terras não eram férteis para a produção agrícola e impediam a subsistência familiar.

Os relatos selecionados ilustram tais aspectos relacionado à terra como motivação da migração: “Cheguei aqui na região do Rio Preto há 30 anos, o que me motivou foi o sonho de

conseguir um pedaço de terra porque lá [na Bahia] eu só tinha 2 alqueires de terra, e quando eu cheguei aqui eu consegui logo” (João, agricultor, morador antigo, baiano, 84 anos); “O que mais me chamou atenção aqui no Pará, a mim e minha família, porque onde a gente vivia era uma região que nós não tínhamos um pedaço de terra para trabalhar. A gente veio como se diz: “é migrando que adquirimos um pedaço de terra para trabalhar” (Arthur, agricultor, morador antigo, presidente da associação do assentamento, tocantinense, 61 anos).

Na visão de Santos (2022), as frentes de expansão na Amazônia “produziram” migrantes e estes migrantes foram, gradativamente, “se produzindo” como agricultores, à medida em que foram se apossando de terras de fazendas ou de florestas, se organizando em agrupamentos e realizando algumas atividades de produção agropecuária para promover a sua própria subsistência e de suas famílias. Mas tomando por base o clássico estudo de Woortmann (1995), sobre grupos camponeses no Sul e no Nordeste, é possível complementar a acepção anterior afirmando que os agricultores se produziram como migrantes e que ao fazer isso puderam se reproduzir como agricultores.

Segundo Woortmann (1995), as migrações internas obedecem à lógica da ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social. Contudo, tanto o fracionamento da terra como a sua indivisão são capazes de provocar impasses e dificultar a reprodução social das novas gerações de agricultores, sendo que os movimentos migratórios são construídos como uma possível resposta para tais impasses. A autora destaca que existem outras respostas possíveis, como é o caso da proletarianização urbana, entretanto:

a migração é a solução mais coerente com o que se poderia chamar de uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem (Woortmann, 1995, p. 116).

Os relatos dos anciãos do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril descrevem que quando assentados, uma das maiores dificuldades enfrentadas inicialmente foi a questão do acesso entre o assentamento e o centro urbano, onde estavam os serviços de correio, crédito, educação, mercado, saúde etc. Nos termos dos entrevistados, “*não havia estradas*” e o acesso à cidade era por meio de “*picadas na mata*”, o que submetia os assentados e suas famílias à uma condição de isolamento e de dependência de atravessadores para a comercialização da produção agrícola e extrativa.

Com o decorrer do tempo e a operacionalização de políticas públicas voltadas para os assentamentos de reforma agrária no sudeste paraense, a situação de isolamento foi sendo

superada por melhorias nos acessos e também pela disponibilização de alguns serviços fundamentais nas dependências do próprio Carajás Tamboril. Além disso, a intensa circulação de migrantes na região também contribuiu para a constituição e consolidação de um núcleo de povoamento nas proximidades do assentamento, denominado de Vila Santa Fé.

Considerando a distância do assentamento ao centro urbano de Marabá, atualmente a Vila Santa Fé é um importante espaço de relações sociais para os assentados do Carajás Tamboril. Na Vila Santa Fé concentram-se os principais serviços acessados pelos agricultores e seus familiares, perpassando pelas escolas, bancos, igrejas, lanchonetes, pequenos supermercados, academias de ginástica, campos de futebol, postos de saúde, praças e outros. Todavia, isso não significa que tais serviços sejam *“os melhores”* em termos de qualidade, mas são aqueles que estão à disposição.

Em termos produtivos, inicialmente o assentamento tinha o extrativismo da castanha como principal fonte de renda, associado às relações de trabalho assalariadas mantidas entre os assentados e os fazendeiros vizinhos, que os contratavam como *“juqueiros, peões, vaqueiros e outros”*. Mas com o declínio do ciclo de exploração da castanha e com os pequenos montantes acumulados com o extrativismo e o trabalho assalariado, os agricultores construíram outras estratégias de geração de renda, com destaque para a produção extensiva de gado de corte e gado de leite, assim como produções de quintal, tais como galinhas caipiras, frutas e olerícolas: *“O sustento vinha da castanha, a única renda que tínhamos naquela época era através da castanha. [...] E quando a castanha não era mais o auge, meu pai optou também por criar umas vaquinhas”* (Lúcio, agricultor, morador antigo, tocantinense, 68 anos).

Contudo, é preciso ponderar que ainda atualmente o assentamento Carajás Tamboril sofre com a precariedade de infraestrutura e serviços (estradas, educação, saúde), com a distância dos mercados consumidores da produção agrícola e com a falta de políticas públicas adequadas de crédito rural e de assistência técnica e extensão rural, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), como explicado por Santos (2022).

Esse contexto gera dificuldades para a subsistência por meio da produção agrícola no *“lote”*, tornando as famílias assentadas dependentes de programas de previdência social e de transferência de renda. Também é comum encontrar casos em que os agricultores também são comerciantes, possuindo para além de seus lotes, empreendimentos na vila Santa Fé, o que caracteriza as famílias com pluriativas. Basicamente entendida como a combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da unidade de produção familiar, a pluriatividade

consiste no termo que melhor apreende a combinação de uma ou mais formas de geração de renda de um mesmo grupo familiar, evidenciando, a inserção profissional plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e a diversificação dos usos dos espaços rurais (Schneider, 1999; Carneiro, 2012).

Para a população do Carajás Tamboril, essas são algumas das condicionantes que tem levado os jovens rurais a projetarem dinâmicas ocupacionais que nem sempre perpassam pela vida no assentamento e pelo trabalho na agricultura, rompendo com a tradição de que filho de agricultor também se torna agricultor e assinalando um cenário de crise nos padrões sucessórios no interior da Amazônia Legal. Nesse sentido, o Carajás Tamboril é um assentamento de reforma agrária em processo de envelhecimento populacional.

4 Diferentes dinâmicas ocupacionais da juventude rural amazônica no assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril

A partir das entrevistas realizadas no assentamento Carajás Tamboril, foi possível sistematizar diferentes dinâmicas ocupacionais implementadas ou projetadas pelos jovens rurais. Têm-se: 1) os que projetam permanecer no assentamento e atuar como agricultores (3 jovens, isto é, 6,67%); 2) os que projetam sair do assentamento e exercer outras profissões (20 jovens, 44,44%); 3) os que residem e trabalham na vila anexa ao assentamento (13 jovens, equivalente a 28,89%); e 4) os que migraram para áreas urbanas e exercem outras profissões (9 jovens, ou seja, 20,00% dos entrevistados).

Em termos teóricos, no que tange à primeira tipologia, compreende-se que tais dinâmicas ocupacionais de permanência no assentamento de reforma agrária e exercício da profissão de agricultor consistem naquilo que a literatura científica convencionou denominar sucessão geracional. De acordo com Bourdieu (2011), esta consiste em uma estratégia de reprodução social (dentre tantas outras) empregada pelos grupos sociais no intento de preservar seu patrimônio material e imaterial. Quando aplicada por grupos de agricultores, a sucessão geracional torna-se uma estratégia de formação de novas gerações de agricultores que irão dar continuidade ao modo de vida e de trabalho da família, perpetuando e repassando seus saberes e mantendo a terra produtiva.

Conforme Boscardin e Conterato (2017, p. 671), a sucessão geracional “está largamente assentada na permanência de, pelo menos, um dos filhos na condução das propriedades familiares” e “uma das características principais deste processo é o filho sucessor receber a

propriedade dos pais, ou pelo menos parte desta, como herança, produzir nela e assumir a responsabilidade de amparar os pais na velhice”.

Todavia, de uma estratégia de reprodução social que integrava a ordem do “natural”, a sucessão geracional tem se tornado cada vez menos naturalizada entre os grupos de agricultores. E isso acontece pelo decréscimo do número de jovens interessados em permanecer nas áreas rurais e, sobretudo, em exercer a profissão de agricultor. No assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, a dinâmica ocupacional concernente à sucessão geracional foi a menos prospectada pelo conjunto de jovens estudados. Como mencionado anteriormente, apenas 3 jovens (sendo 2 moças e 1 rapaz), com idades entre 16 e 18 anos, todos cursando o Ensino Médio, assinalaram preferência por essa dinâmica ocupacional.

Nesse sentido, a dinâmica ocupacional dos jovens rurais relativa à sucessão geracional, sobretudo em um assentamento de reforma agrária, se tornou, nos termos de Milone e Ventura (2019) - em seu estudo no contexto do rural italiano -, um “fenômeno altamente contraditório” por inúmeros motivos, mas principalmente por contrariar a tendência dominante de expansão da escala da produção agrícola e a convicção de que apenas as grandes unidades de produção serão competitivas. Milone e Ventura (2019) acrescentam que esses jovens rurais, por apresentarem disponibilidade limitada de capital e acesso limitado à crédito, precisam contar com sua própria capacidade de trabalho, competências e conhecimentos, além do apoio fornecido por suas famílias.

Cabe destacar que para os jovens rurais do assentamento Carajás Tamboril (ainda adolescentes e em idade escolar), a sucessão geracional é apenas um projeto, pois não foi efetivada até então, o que significa que por ora o patrimônio não foi devidamente transmitido e os pais continuam à frente da gestão da unidade de produção familiar. Os depoimentos dos jovens rurais são convergentes em torno de três categorias consideradas por eles determinantes para seu projeto de sucessão geracional: a participação no trabalho do “lote”; o apego à terra e ao modo de vida na agricultura familiar; e o apoio e incentivo da família para a permanência no assentamento.

De acordo com Marin (2012), em estudo no contexto da fomicultura no estado do Rio Grande do Sul, a crescente participação das crianças e dos adolescentes no trabalho das unidades de produção familiares apresenta caráter socioeducativo e é indispensável para a formação de uma nova geração de agricultores, pois consiste em uma estratégia de transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. Estudos realizados em contextos internacionais, como o de Ball e Wiley (2005), conduzido com famílias de agricultores nos estados

de Illinois, Indiana, Iowa e Wisconsin, nos Estados Unidos, também apontam que o envolvimento das crianças e dos adolescentes no trabalho da agricultura é uma importante estratégia para incentivar a sucessão geracional.

Os depoimentos dos jovens que projetam ser sucessores no Carajás Tamboril evidenciaram sua plena inserção na rotina de trabalho das unidades de produção familiar: *“Como trabalhamos com o leite, ajudo prender bezerro, fazer cerca, ajudo tirar leite, não faço sozinha, só ajudo, ajudo também nos trabalhos domésticos, e sempre conciliando com os estudos. E eu penso em estudar mais e aprender mais sobre o campo”* (Helena, jovem rural, estudante do 2º ano do ensino médio, 16 anos); *“Eu tiro o leite, ajudo meu pai com o gado de corte, colocando sal, afazeres do dia a dia, ajudando minha mãe nos afazeres de casa, cuidando da horta, no plantio, capino, coisas básicas do dia a dia, que são as atividades rurais”* (Juliana, jovem rural, estudante do 1º ano do ensino médio, 18 anos).

No que tange ao apego à terra e ao modo de vida na agricultura familiar, para Droz e Forney (2007), em estudo realizado em áreas rurais da Suíça francesa, assim como para Ball e Wiley (2005), em estudo conduzido com agricultores dos Estados Unidos, é essa gradual inserção das crianças e dos adolescentes na realização das atividades a responsável por criar conexões afetivas entre os jovens sucessores e as unidades de produção familiar.

Nos relatos dos jovens rurais do assentamento Carajás Tamboril essas conexões afetivas foram traduzidas pela aversão ao modo de vida urbano e também pelo amor ao *“lote”* que foi palco da vida de várias gerações da família. Como explicado por Jacques-Jouvenot (2015), o jovem sucessor é o responsável pela continuidade não só da profissão de agricultor, mas também da história da família: *“Eu pretendo ser sucessora dos meus pais. Porque é o que eu amo, é a minha vida, eu cresci aqui, eu vivi aqui, meus avós, a gente vem de uma linhagem, que é todinha dentro do campo [...]. E eu não me vejo longe, eu ficaria louca se eu morasse na cidade”* (Juliana, jovem rural, estudante do 1º ano do ensino médio, 18 anos).

Mas para além da própria vontade dos jovens rurais em relação à sucessão geracional, outro fator considerado determinante para seus projetos é o apoio e incentivo da família. No assentamento Carajás Tamboril, os jovens rurais partilham da compreensão de que a sua própria vontade de ser sucessor geracional, ou não, é, em grande medida, atravessada pela vontade dos pais: *“Meu pai me incentiva a ficar no campo. Às vezes o jovem não quer ficar no campo por que não tem o incentivo das famílias”* (Helena, jovem rural, estudante do 2º ano do ensino médio, 16 anos).

Ball e Wiley (2005), em diálogo com agricultores estadunidenses, perceberam que a maneira como os pais socializam os filhos a respeito da agricultura é responsável por criar as circunstâncias a partir das quais as crianças e os adolescentes irão imaginar e interagir com a unidade de produção familiar. Isso significa que a forma como os pais encorajam ou desencorajam seus filhos em relação à sucessão geracional é capaz de impactar direta ou indiretamente nas decisões deles quando jovens.

Referente à segunda tipologia, de jovens que projetam sair do assentamento e exercer outras profissões, compreende-se que consiste em um projeto de migração. Essa foi a tipologia mais numerosa entre os entrevistados, pois 44,44% deles, embora ainda residam no assentamento, não pretendem permanecer nem trabalhar na agricultura. Tais jovens vivem em uma conjuntura atravessada por contradições e conflitos que emergem das condições objetivas e subjetivas que envolvem a vida cotidiana e as relações estabelecidas dentro e fora do assentamento Carajás Tamboril.

Dos 20 jovens sistematizados nessa tipologia, 12 são moças e 8 são rapazes, com idades que variam de 16 a 24 anos. Desse conjunto, 14 estão cursando o Ensino Médio e 6 já completaram. Entre esses últimos, 1 cursa técnico em enfermagem, 3 se intitulam desempregados (embora auxiliem os pais nas atividades da unidade de produção familiar), 1 se intitula auxiliar dos pais na unidade de produção familiar e 1 possui emprego como vaqueiro em fazenda vizinha ao assentamento de reforma agrária.

Os depoimentos dos jovens rurais que pretendem migrar convergem em torno de três categorias reconhecidas pelos estudos sobre sucessão geracional na agricultura familiar: a pequena área de terra, que se fracionada entre os herdeiros se torna inviável para a produção econômica; o trabalho pesado e difícil de conciliar com os estudos; e o incentivo da família para a emancipação pessoal e profissional por meio dos estudos.

No que tange à questão da terra, é interessante destacar que o acesso à terra em quantidade e qualidade para a viabilidade da produção econômica e conseqüente reprodução social das famílias de agricultores foi um fator considerado determinante para a sucessão geracional já nos estudos precursores sobre o tema no âmbito da agricultura familiar no Brasil. Conforme Silvestro *et al.* (2001), em pesquisa conduzida no estado de Santa Catarina, o acesso à terra está entre as maiores dificuldades para a permanência no rural e a continuidade no trabalho da agricultura.

Para os jovens rurais de um assentamento de reforma agrária, o fator terra é especialmente determinante para a projeção de suas dinâmicas ocupacionais. Os depoimentos

chamam atenção sobre o pequeno tamanho das áreas de terra das famílias que, se fracionados entre os vários filhos, tornam-se inviáveis para a geração de renda por meio de atividades agrícolas: *“Aqui a maioria dos lotes são pequenos, o nosso é só cinco alqueires e não dá pra ter renda familiar suficiente. [...] E por isso, a sucessão, não só para mim, mas para todos os jovens, aqui no Tamboril é difícil”*. (Marcelo, jovem rural, ensino médio completo, 18 anos); *“Não penso em ser sucessora, porque já tem muita gente, tem muitos filhos e muitos netos”* (Samya, jovem rural, estudante, 3º ano do ensino médio, 18 anos).

O estudo de White (2015), sobre as dinâmicas geracionais na agricultura na região de Magreb, no noroeste da África, destaca que propriedades pequenas de terra não geram perspectivas realistas para que os jovens se projetem como agricultores. O autor reforça que a questão do acesso à terra por parte dos jovens precisa ser levada mais a sério pela pesquisa e pela política.

Em somatório, para os jovens dessa tipologia, o trabalho na unidade de produção familiar é considerado um trabalho árduo pela constante exposição ao sol, pelas atividades braçais exigentes em força física (a realidade do assentamento é de baixa mecanização, inclusive a ordenha das vacas é predominantemente manual) e pelas jornadas de trabalho longas, iniciadas ainda de madrugada: *“Eu não quero ter a mesma vida que meu pai teve, acordando de madrugada pra tirar leite, passando o dia trabalhando de sol a sol. Eu acordo entre 4:30 e 5 horas da manhã pra ajudar nos trabalhos da roça. [...] é bastante exaustivo o trabalho do campo”* (Ravi, jovem rural, 1º ano do ensino médio, 16 anos).

Para os jovens que ainda estão em idade escolar, conciliar essa rotina de trabalho com os estudos obrigatórios acaba se tornando um processo extenuante, que deprime particularmente aqueles que não tem tanta afinidade com a terra, os motivando a procurar outras oportunidades de vida e de trabalho. O estudo de Ball e Wiley (2005), no contexto da agricultura familiar dos Estados Unidos, também constatou que para muitos jovens a profissão de agricultor apresenta desvantagens em relação a outras profissões, como as longas horas de trabalho e a inexistência de estabilidade salarial e férias remuneradas, por exemplo.

Nesse grupo de jovens rurais que não pretendem permanecer no assentamento nem trabalhar na agricultura, há muitos que sonham em seguir carreiras militares, no exército ou na polícia, considerando que Marabá é um município com grande contingente militar e oportunidades relacionadas a esse serviço desde a época da Guerrilha do Araguaia⁴. Enquanto

⁴ A Guerrilha do Araguaia consistiu em um conflito armado entre guerrilheiros (militantes do PC do B) e militares, no período de 1972 a 1975, na região sudeste do Pará. Para conter a guerrilha, um contingente imenso das Forças

tais sonhos não são realizados, muitos jovens se submetem a ocupações assalariadas precárias e/ou temporárias, principalmente em fazendas e mineradoras próximas ao assentamento. Embora reconheçam que as condições de trabalho nesses empreendimentos não são ideais, visualizam neles oportunidades de emancipação pessoal por meio dos salários, mesmo que baixos.

Cabe aqui o diálogo com o estudo de Marin (2020b), realizado na região central do Rio Grande do Sul, que constatou que alguns jovens rurais, principalmente aqueles que advêm de um contexto de escassez de terra, pobreza familiar e baixa escolaridade, valorizam o trabalho assalariado mesmo com a precarização das relações de trabalho e os contratos temporários, pela necessidade de obter seus próprios ganhos financeiros.

Dentre os jovens que projetam suas vidas fora do assentamento e em outra profissão que não a agricultura, também se notou a importância atribuída pelas famílias aos estudos. Os pais incentivam esses jovens a continuar o processo de escolarização e “fazer faculdade”, sendo essa a estratégia idealizada pelas famílias para a emancipação pessoal e profissional dos jovens rurais diante das circunstâncias de escassez de terra, de trabalho árduo no “lote” e de trabalhos assalariados precários nas redondezas: “*Pretendo cursar faculdade de direito na cidade*” (Taiana, jovem rural, ensino médio completo, 20 anos); “*Quero me formar em engenharia, não quero ficar no campo, eu não quero ter a mesma vida que meu pai teve [...]*” (Ravi, jovem rural, 1º ano do ensino médio, 16 anos).

Assim, para esses jovens rurais do assentamento Carajás Tamboril, “fazer faculdade” é o caminho que levará para longe da profissão de agricultor. De maneira semelhante, o estudo de Ball e Wiley (2005), com famílias de agricultores dos Estados Unidos, também constatou que promover a educação é uma forma de encorajar o abandono da agricultura. Também Marin (2020b), em seu estudo com agricultores familiares da região central do Rio Grande do Sul, concluiu que o ensino escolar tende a ser compreendido como estratégia privilegiada para a melhoria das condições de vida, perpassando por projeto de ascensão social, com a inserção em ocupações laborais mais valorizadas e mais bem remuneradas, em contextos de limites da reprodução familiar na agricultura.

Referente à terceira tipologia de dinâmicas ocupacionais identificadas entre os jovens rurais do assentamento Carajás Tamboril, têm-se os jovens que residem e estudam/trabalham

Armadas foi deslocado para a região, sendo o município de Marabá-PA considerado área de Segurança Nacional desde 1970, pois os governos da ditadura militar compreendiam que era necessário assegurar a ordem na região para garantir a entrada de investimentos para o desenvolvimento da Amazônia (Congilio; Ikeda, 2014; Reis, Marcos e Moreira, 2021).

na vila Santa Fé, anexa ao assentamento. Dos 13 jovens rurais cujas dinâmicas ocupacionais se dão na vila Santa Fé, 8 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino, com idades inclusas na faixa etária de 16 a 32 anos. Em termos de escolaridade, 2 não completaram o ensino médio, 3 estão cursando o ensino médio, 2 concluíram o ensino médio, 1 tem ensino superior incompleto, 3 estão cursando o ensino superior (sendo que 2 já tem uma formação superior) e 2 possuem ensino superior completo. Já em termos de inserções laborais têm-se: 3 servidores públicos, 1 gerente de loja agropecuária, 1 atendente de farmácia, 2 atendentes de supermercado, 1 atendente de lanchonete, 1 gari, 1 trabalhador autônomo, 1 desempregado e 2 ainda em idade escolar.

As dinâmicas ocupacionais construídas na vila Santa Fé apontam para novas ruralidades no contexto do assentamento de reforma agrária, pois a vila se apresenta como um espaço mais urbanizado que proporciona certas oportunidades de emancipação pessoal e profissional dos jovens por meio do estudo, do trabalho assalariado ou mesmo do empreendedorismo. Interessante que tais dinâmicas ocupacionais envolvem a migração do “lote” da família, mas para um lugar próximo ao assentamento e não para uma área urbana propriamente dita.

Tais dinâmicas ocupacionais só são possíveis porque a maioria das famílias dos jovens rurais dessa tipologia, além de possuírem o “lote” no assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, também possuem casa e/ou algum empreendimento na vila Santa Fé. Alguns jovens relataram que os pais primeiro estabeleceram seus comércios na vila e só depois adquiriram terras no assentamento: *“Meus pais são cabelereiros, eles têm terra no assentamento Carajás Tamboril, e tem um salão de beleza na vila Santa Fé, e nossa renda vem do salão. E antes da terra eles já mexiam com o salão”* (Jane, jovem rural, estudante do 1º ano do ensino médio, 16 anos); *“Meu pai sempre trabalhou com vendas. [...] Ele ficou só com um comércio aqui na vila Santa Fé, porque era o que tinha mais movimento na época, era a que dava mais lucro [...]. Depois ele foi comprando as terras, porque as terras aqui era mais barata”* (Jaqueline, jovem rural, trabalhadora autônoma em salão de beleza, 32 anos).

Nesses casos, as famílias são pluriativas e organizam-se entre o assentamento e a vila: há situações em que os pais residem com os filhos na vila e o “lote” é cuidado por um caseiro ou familiar que visita esporadicamente e alimenta e cuida dos animais; há situações em que a mãe e os filhos residem na vila Santa Fé e apenas o pai permanece no assentamento Carajás Tamboril; por fim, também há situações, menos recorrentes, em que a família toda continua no assentamento e o jovem se desloca entre um espaço e outro diariamente: reside no assentamento, mas estuda/trabalha na vila. Para Boscardin *et al.* (2021), em estudo sobre as

dinâmicas de sucessão geracional no estado do Rio Grande do Sul, a perspectiva do rural apenas como residência, tendo o urbano como espaço de desenvolvimento das atividades remuneradas é uma característica das novas ruralidades.

Os relatos chamaram atenção para as diversas configurações familiares: *“Eu trabalho e estudo na vila, então eu não tenho como ficar indo e vindo todos os dias lá no lote, então prefiro ficar na nossa casa que temos aqui na vila”* (Suze, jovem rural, servidora pública em secretaria de escola, 28 anos); *“Meus avós e meus bisavós têm propriedade de terra. Eu moro na vila e eles moram na roça. Eu prefiro ter meu emprego e ser mais independente, até porque a terra é deles”* (Luzia, jovem rural, atendente de supermercado, 22 anos); *“Eu trabalho na vila de agente de conservação [gari]. Eu vou lá na roça só dormir, eu procuro tentar uma renda financeira por aqui, porque a terra não é minha, a terra é do meu pai”* (Augusto, jovem rural, gari, 28 anos).

Estudos como o de Ochoa, Oliva e Sáez (2007), realizado na Espanha, apontam que a proximidade de uma área urbana/urbanizada pode ter efeito positivo sobre a sucessão geracional, justamente por favorecer a pluriatividade das famílias. Isto é, quanto maior a proximidade de uma área urbana/urbanizada, mais fácil torna-se combinar a agricultura com um segundo emprego. Todavia, como nos relatos acima, foi comum ouvir dos jovens rurais dessa tipologia de dinâmicas ocupacionais a expressão *“a terra não é minha”*. Isto significa que muitos não têm vínculos de trabalho com o *“lote”* da família, principalmente por falta de comunicação com os pais e de planejamento do processo sucessório. Desse modo, tem-se a ruptura com possíveis dinâmicas ocupacionais no próprio assentamento de reforma agrária.

Referente à quarta tipologia, têm-se o grupo de jovens que já migraram efetivamente para áreas urbanas e exercem outras profissões, o que significa que suas dinâmicas ocupacionais não envolvem o assentamento de reforma agrária nem as atividades agrícolas. Dos 9 jovens enquadrados nessa tipologia, 5 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, com idades que variam de 18 a 30 anos.

Esses jovens já residem na zona urbana do município de Marabá e em termos de ocupações laborais: 2 concluíram o ensino médio e exercem profissões de comerciante e secretária e intencionam cursar o ensino superior; 1 possui ensino superior completo e atua como advogado; 1 faz curso preparatório para ingressar no ensino superior; e outros 5 estão cursando o ensino superior.

As dinâmicas ocupacionais desses jovens que já migraram efetivamente evidenciam a concretização do projeto *“fazer faculdade”*, tão mencionado pelos jovens rurais da tipologia anterior. Os depoimentos dos jovens demonstram como o acesso ao ensino superior é

determinante para que possam residir na zona urbana e se reproduzir socialmente por meio de outras profissões: *“Não penso em ser sucessor dos meus pais, pois daqui alguns anos pretendo estar em uma grande empresa contribuindo com o meu trabalho que tanto dediquei e estudei”* (Célio, jovem migrante, estudante do curso de Engenharia de Materiais, 18 anos); *“Confesso que não penso em voltar a morar no assentamento, uma vez que pretendo seguir minha carreira como advogado. Primeiro vim pra Marabá cursar o ensino médio, depois ingressei na universidade e também passei no concurso público para a prefeitura”* (Leonardo, jovem migrante, estudante de Direito, 20 anos).

Os jovens que já concluíram o ensino superior, ou estão cursando, afirmam que se encontram em melhores condições socioeconômicas na área urbana de Marabá do que no assentamento Carajás Tamboril. Se consideram mais felizes e realizados, guardando uma relação de visitantes com o assentamento de reforma agrária, pois em fins de semana, feriados ou férias, costumam retornar para estar com os pais e outros familiares.

Interessante acrescentar que um ponto em comum para esses jovens que migraram e concluíram o ensino superior, ou estão em vias de concluir, é que seus pais são agricultores estruturados no assentamento Carajás Tamboril ou comerciantes estruturados na vila Santa Fé, tendo condições de auxiliar os filhos no início de seus projetos de vida na cidade. Já para os jovens que concluíram os estudos do ensino médio, mas ainda não ingressaram no ensino superior, percebeu-se que a busca pelo mercado de trabalho assalariado é fundamental para sua continuidade na cidade, justamente pelos pais não terem condições de auxiliá-los financeiramente. Nesse sentido, o trabalho assalariado é crucial para o custeio das despesas de moradia e para o custeio do projeto futuro de *“fazer faculdade”*.

Aqui cabe, mais uma vez, a interlocução com o estudo de Marin (2020b), realizado com agricultores familiares da região central do Rio Grande do Sul. De maneira semelhante ao que percebemos entre os jovens migrantes oriundos do assentamento Carajás Tamboril, o autor afirma que a viabilização dos projetos de ensino superior *“sempre demandam consideráveis investimentos financeiros da família e esforços individuais dos jovens rurais estudantes”* (Marin, 2020b, p. 38), *“mesmo que os acessos à qualificação profissional sejam ampliados e facilitados em relação às décadas anteriores”*, pois envolvem despesas com *“habitação, transporte, alimentação, mensalidades – no caso de instituições privadas de ensino –, entre outras”* (Marin, 2020b, p. 40).

5 Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo compreender as dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais do assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril, no município de Marabá-PA, na Amazônia Legal brasileira. Esta compreensão poderá ser útil para a realização de uma reflexão sobre a sucessão geracional e sobre a migração como estratégias de autonomia individual e de reprodução coletiva no contexto regional.

Sendo a juventude rural uma categoria relacional, primeiramente procuramos compreender os processos territoriais interferentes sobre a construção das dinâmicas ocupacionais dos jovens vinculados ao assentamento de reforma agrária Carajás Tamboril. Nesse sentido, o contexto de inserção dos jovens rurais analisados neste estudo é um assentamento antigo, fruto da vinda de famílias de migrantes de outras regiões do país no processo das frentes de expansão sobre a Amazônia Legal brasileira, mas que no momento presente padece de questões estruturais que denunciam a fragilidade das políticas públicas voltadas à questão agrária brasileira e a efemeridade da atuação do Estado nessa questão.

O que queremos dizer é que embora tenha sido possibilitado o acesso à terra às famílias, outros direitos não foram devidamente garantidos, dificultando a reprodução social destes grupos familiares a partir da terra recebida. Entre os direitos não garantidos, destacam-se questões relacionadas: às estradas para escoamento da produção agrícola; aos serviços de educação e saúde para a população assentada; e às políticas públicas de crédito rural e assistência técnica e extensão rural para estímulo à produção agrícola. Em virtude disso, são poucas as famílias que conseguem garantir sua reprodução social exclusivamente a partir da produção agrícola, sendo comum encontrar estratégias de pluriatividade e mesmo situações em que as famílias são dependentes de previdência social e de programas de transferência de renda.

É diante deste contexto que os jovens rurais vinculados ao Carajás Tamboril elaboram suas dinâmicas ocupacionais, que em sua maioria não perpassam pela vida no assentamento e pelo trabalho na agricultura, implicando em processos de envelhecimento populacional do assentamento e de crise nos padrões sucessórios de sua agricultura familiar. Foram sistematizados 4 conjuntos de dinâmicas ocupacionais implementadas ou projetadas pelos jovens rurais: 1) os que projetam permanecer no assentamento e atuar como agricultores (6,67%); 2) os que projetam sair do assentamento e exercer outras profissões (44,44%); 3) os que residem e trabalham na vila anexa ao assentamento (28,89%); e 4) os que migraram para áreas urbanas e exercem outras profissões (20,00%).

Os dados evidenciam que apenas a minoria dos jovens rurais apresenta projetos de vida que perpassam pela sucessão geracional como estratégia de autonomia individual e de reprodução coletiva no contexto regional, somando 6,67% dos entrevistados. Os demais, isto é, 93,33% dos jovens rurais entrevistados, projetam ou já implementaram dinâmicas ocupacionais que não envolvem a vida no assentamento e o trabalho na agricultura: trata-se de projetos de vida que envolvem ou envolveram a migração como estratégia preferencial de autonomia individual e de reprodução coletiva no contexto regional.

Dentre o conjunto de condicionantes que estimulam/estimularam os jovens rurais na elaboração de suas dinâmicas ocupacionais, para aqueles que projetam a sucessão geracional foram destacadas as questões relacionadas à participação no trabalho na unidade de produção familiar, o apego à terra e ao modo de vida na agricultura familiar e o apoio e o incentivo da família para a permanência no assentamento. Já para os jovens rurais que migraram ou pretendem migrar, as motivações giram em torno da pequena área de terra da família, do trabalho agrícola pesado e difícil de conciliar com os estudos, do incentivo da família para a emancipação pessoal e profissional por meio dos estudos e da pluriatividade familiar.

Esse complexo panorama evidencia as precariedades experienciadas pelos jovens rurais na Amazônia Legal brasileira no intento de criar condições de vida e de trabalho satisfatórias e de viabilizar a transição para a vida adulta no contexto dos assentamentos de reforma agrária. Considerando o pequeno número de jovens rurais que projetam a sucessão geracional no assentamento Carajás Tamboril, o presente estudo reclama atenção dos agentes e das instituições de desenvolvimento regional para a elaboração/implementação de ações específicas para os jovens rurais com vistas à construção de possibilidades de permanência no campo.

Referências

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cites=9690480922359771532&as_sdt=2005&scioldt=0,5&hl=pt-BR. Acesso em: 12 set. 2021.

BALL, Anna; WILEY, Angela. The aspirations of farm parents and pre-adolescent children for generational succession of the family farm. **Journal of Agricultural Education**, v. 46, n. 2, p. 36-46, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela-Wiley/publication/228654677_The_Aspirations_Of_Farm_Parents_And_Pre-Adolescent_Children_For_Generational_Succession_Of_The_Family_Farm/links/02e7e52586ab22fbc6000000/The-Aspirations-Of-Farm-Parents-And-Pre-Adolescent-Children-For-Generational-Succession-Of-The-Family-Farm.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

BOSCARDIN, Mariele; CONTERATO, Marcelo Antonio. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, p. 671-695, 2017. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3_09_as_mudancas/ESA25-3_09_PDF. Acesso em: 10 out. 2023.

BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; DUARTE, Luana Cristina; MOREIRA, Sandro da Luz. Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopia**, n. 19, p.119-135, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/4897/3771>. Acesso em: 18 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.112-121.

BOURDIEU, Pierre. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

BOTELHO, Matheus Gabriel Lopes; ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. Juventude rural e sucessão geracional em comunidade rural na Amazônia oriental. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, n. 74, p. 4-29, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7745331>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CARNEIRO, Maria José. Do "rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CONCEIÇÃO, Laíse Carla Almeida da; TEIXEIRA, Rômulo Almeida; MARTINS, Cyntia Meireles Martins; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; REBELLO, Fabrício Khoury Rebello. A sucessão geracional na integração do dendê: o caso da comunidade de Arauaí, Moju (PA). **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, p. 625-645, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2275>. Acesso em:02/01/2021.

CONGILIO, Célia Regina; IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas sociais**, v. 18, n. 32, p. 79-90, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25693/18327>. Acesso em: 17 out. 2023.

DREBES, Laila Mayara; SANTOS, Tâmara Karime Lima dos. Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS. **Interações**, v. 24, n. 2, p. 635-649, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/inter/a/kJ84GbddZxCqkSKfZSsg6Nt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2023.

DREBES, Laila Mayara; BONFIM, Ana Cristyanne Fernandes; SANTOS, Tâmara Karime Lima dos; VIEIRA, Tamires Pereira. Pandemia de covid-19 e jovens rurais no sudeste paraense: refletindo sobre vulnerabilidades. **Guaju**, v. 9, p. 24-44, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/86640>. Acesso em: 01 out. 2023.

DROZ, Yvan; FORNEY, Jérémie. Un métier sans avenir? La grande transformation de l'agriculture suisse romande. Genève/Paris: IUED/KARTHALLA, 2007.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira**: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA-NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. v. 3. Belém: EDUFPA, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* Os projetos de assentamentos no sudeste paraense como ciclo de ocupação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo - RS. **Anais [...]** Brasília: SOBER, 2002. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/406276>. Acesso: 01 jun. 2021.

INCRA. **Painel INCRA nos Estados**: informações gerais sobre assentamentos de reforma agrária. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 10 out. 2023.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique. **Choix du successeur et transmission patrimoniale**. Paris: L'Harmattan, 2015.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, n. 28, v. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 10 out. 2023.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, v. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pstJcmXTJKSNGRYZNLPWhsN/#>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventude rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, n. 27, v. 80, p. 619-653, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/598/59820676009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 04, p. 763-786, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000400010. Acesso em: 29 jun. 2018.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. PRONAF Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, e187438, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 18, n. 52, p. 33-54, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.33-54>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MICHELOTTI, Fernando *et al.* O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2., 2007, Rio de Janeiro - RJ. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flaminia. New generation farmers: rediscovering the peasantry. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 43-52, jan. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074301671830559X>. Acesso em: 12 out. 2023.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geografia Agrária**:

- teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/geografiaagraria_2007.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.
- NEVES, Delma Pessanha. Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura. In: Castro, Edna (Org.) **Pensamento crítico latinoamericano**. São Paulo: AnnaBlume, 2019. p. 317-352. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20200217045231/Pensamento-critico-latino-americano.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.
- OCHOA, Ana María Aldanondo; OLIVA, Valero Casanovas; SÁEZ, Carmem Almansa. Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities. **Spanish Journal of Agricultural Research**, v. 5, n. 2, p. 214-225, 2007. Disponível em: <https://sjar.revistas.csic.es/index.php/sjar/article/view/241/238>. Acesso em: 18 out. 2023.
- REIS, Naurinete Fernandes Inácio; MARCOS, Valéria de; MOREIRA, Edma Silva. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. **Cadernos do CEOM**, v. 34, n. 55, p. 175-189, dez. 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6454>. Acesso em: 17 out. 2023.
- SANTOS, Tâmara Karime Lima dos. **As dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais em assentamento do sudeste paraense**: migração e sucessão. 180 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a_Is6K6iZetgUYBNBAbpCpMOCMSZ5jM5/view. Acesso em: 18 out. 2023.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 405f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1999.
- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** ed. 18. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SILVA, Letícia Costa Silva. **Juventude e migração**: migração rural-urbana dos jovens em São Domingos do Araguaia-PA. 2020. 164f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jF8abcjUTTq50vUyTgLvX6Ae_KTWAduF/view?usp=sharing. Acesso em: 01 ago. 2020
- SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.
- VIEIRA, João Paulo Louzada; BAHIENSE, Douglas Vianna; SILVA, Suany Machado da. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 89-103, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/67751989/art6vol26ed2_2019_2_Vieira_Bahiense_e_Silva.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/7784/BVE19040089p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 out. 2023.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2019. Disponível em: <http://200.128.85.39/handle/prefix/1134>. Acesso em: 20 dez. 2020.

WHITE, Ben. Generational dynamics in agriculture: reflections on rural youth and farming futures. **Cahiers agricultures**, v. 24, n. 6, p. 330-334, nov./dez. 2015. Disponível em: <https://revues.cirad.fr/index.php/cahiers-agricultures/article/view/31148/30908>. Acesso em: 12 out. 2023.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Hucitec/Edunb: São Paulo/Brasília, 1995.